

# VIOLÊNCIA COM A POPULAÇÃO DE RUA: UMA ANÁLISE DOS FATORES QUE A CONSTITUI<sup>1</sup>

*Elaine Fernandes da Cunha Mesquita*<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo central deste artigo é a análise de fatores constituintes da violência com a população de rua. Apresenta importantes contribuições de autores como Souza (2009), que discorre sobre a naturalização da desigualdade social na formação da classe oprimida, Crochik (2006), que aborda idêntica temática, mas contribui também com seu estudo sobre o estigma e preconceitos, Coelho (2006), que alerta sobre a caminhada da humanidade para uma anomia profunda em relação aos infortúnios dos excluídos e Adorno e Horkheimer (1985), falando da impossibilidade, no sistema capitalista, do sujeito implicar-se no infortúnio do outro. Concluindo, este artigo mostra o entendimento dessa desigualdade a partir da condição de classe e a importância de não colocarmos no sujeito a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso nesta competição desigual e desenfreada do sistema econômico. Este estudo utilizou a análise documental de autores da teoria crítica e que trazem a compreensão da temática proposta.

**Palavras-chave:** População de rua; Preconceito; Violência.

**Abstract:** The main objective of this article is the analysis of factors that constitute violence against the homeless population. It presents important contributions from authors such as Souza (2009), who discusses the naturalization of social inequality in

the formation of the oppressed class, Crochik (2006), who addresses the same theme, but also bring us his study on stigma and prejudice, Coelho (2006), warns about humanity's journey towards a profound anomie in relation to the misfortunes of the excluded, and Adorno and Horkheimer (1985), speaking of impossibility, in the capitalist system, of the subject being involved in the misfortune of the other. In conclusion, this article shows the understanding of this inequality based on the class condition and the importance of not placing the responsibility on the subject for his success or failure in this unequal and unbridled competition of the economic system. This study used the documental analysis of authors of critical theory that bring the understanding of the proposed theme.

**Keywords:** Homeless population; Prejudice; Violence.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa o entendimento de alguns autores sobre os fatores constituintes da violência com a população de rua. No transcorrer da minha experiência com esta população, especialmente no período de 2010 a 2014, enquanto psicóloga, coordenadora e uma das idealizadoras do projeto do Consultório de Rua de Goiânia, presenciei

---

<sup>1</sup>Este artigo apresenta excertos retirados da introdução e do Capítulo 1 da Dissertação de Mestrado da autora: Elaine Fernandes da Cunha Mesquita – link: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11557>

<sup>2</sup> Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás, Brasil. E-mail: [elainefmesquita@yahoo.com.br](mailto:elainefmesquita@yahoo.com.br).

situações inusitadas de violência sofrida por eles e percebi, indignada, como são legitimadas no discurso de uma sociedade higienista, preconceituosa e excludente as justificativas para continuidade de tais barbáries.

Neste período, em Goiás, houve um crescimento assustador destas violências com a população em situação de rua. No relatório do Centro de Referência em Direitos Humanos Pe. João Bosco Burnier, que realizou o levantamento dos casos de homicídios envolvendo população em situação de rua na região metropolitana de Goiânia (2014), por exemplo, foram apresentados dados da morte de 64 pessoas em situação de rua, no período de 2012 a 2014.

Quando refletia sobre esta realidade, apareceram alguns questionamentos, entre eles: como se constituíram estas violações de direitos? Quais os fatores que viabilizaram a invisibilidade destas condições extremadas de violência? E provocaram em mim a necessidade de entender a historicidade da constituição em nossa sociedade destas desigualdades e de como favorecem a violência com a população em situação de rua.

## 2 A FRIEZA E APATIA ENQUANTO FATORES DE VIOLÊNCIA

É essencial saber como se dá a violência enquanto traço do indivíduo para melhor entendimento do tema em discussão.

Crochik (2014, p.4), em seus estudos relacionados a

formação do ser social afirma que “[...] o indivíduo burguês, para sua sobrevivência, deve desenvolver a frieza.” Assim se desenvolve o indivíduo no sistema capitalista, indiferente ao sofrimento alheio, negando sua própria humanidade.

Afirma ainda que uma forma de agressão é aquela legitimada e legalizada a partir de um desenvolvimento acentuado desta frieza, e “as pessoas são eliminadas pela sociedade de forma asséptica, como se não tratasse do extermínio de vidas, mas de detritos humanos que não servem sequer ao trabalho.” (AUTOR, ANO, p. XX) Neste contexto, a agressão da sociedade para com as pessoas em situação de rualização, justificada pela higienização da cidade, é um fator preponderante desta violência.

Segundo Adorno (1974),

a estrutura atual da sociedade – e provavelmente há milênios – não reside, como se tem ideologicamente atribuído desde Aristóteles, na atração entre os homens, mas sim na busca do interesse próprio de cada um contra os interesses de todos os demais. Isso penetrou profundamente no caráter humano [...] A frieza das mônadas sociais, do concorrente isolado, foi como indiferença ao destino dos outros, a condição para que bem poucos tivessem se agitado (ADORNO, 1974, p. 06 e 07).

Podemos então supor que a frieza aumente quando advém principalmente da impossibilidade, no sistema capitalista, em implicar-se no infortúnio do outro. A atração pelo próximo fica vinculada ao interesse de como tal relação poderá ou não contribuir para os próprios propósitos. A

indiferença se agrava quando se percebe que o outro não contribuirá em nenhum momento para propósitos individuais de terceiros. E se engajar nas ações que possam mudar sua condição de miserabilidade trará prejuízos, no sentido de envolvimento e investimento de tempo e de recursos.

Diante de tais fatos, a indagação de Adorno e Horkheimer (1985, p. 11), “por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie”, remete à essência da questão: a sociedade está distanciando-se cada vez mais do gênero humano quando se torna fria e egoísta, num propósito de fortalecimento da individualidade em detrimento do coletivo. Este sistema que estimula a competitividade e o individualismo desumaniza-a.

Crochik (2001, p. 02) esclarece que: “o indivíduo como mediação social é necessário para que a cultura não se reproduza infinitamente tal como ocorre em comunidades de insetos. Neste sentido, o indivíduo autônomo é o antídoto ao fascismo...”. Neste esclarecimento há uma advertência para os riscos de nos tornarmos individualistas, afastando-nos da individuação, condição do ser humano, importantíssima para a constituição de sua humanidade.

Nesta perspectiva apresentada por Crochik, a reflexão de Aristóteles sobre a “cidade ideal” parece uma utopia muito distante. Um mundo onde as pessoas se destroem numa competição que atinge um grau de violência sem limites, com riscos para a existência do gênero humano. A possibilidade de se ter toda uma comunidade envolvida com o infortúnio do outro, buscando equidade nas ações que

diminuiriam as desigualdades, no sistema capitalista é uma quimera.

Coêlho (2006, p. 60) alerta sobre a caminhada da humanidade para uma anomia profunda em relação aos infortúnios dos excluídos. Seu estudo aponta que ao colocar-se nesta condição de individualidade, num contexto coletivo, a violência com o próximo se justifica com a argumentação de que esta população à margem do sistema não produz e nem consome com o alcance esperado pelo mercado. Desta perspectiva, as populações em situação de pauperização, por exemplo, a população de rua, merece ser destruída ou ficar às margens da sociedade. Noutras palavras, excluída da cidadania, estigmatizada pelo julgamento de ser um peso para o Estado, com demandas de alimentação, saúde e abrigo, ou seja, sem condições humanas dignas de sobrevivência.

Esta anomia, em que não existe a integração do indivíduo em sistemas sociais, e num contexto que predomina a ganância humana se traduz em ações que agravam a condição de miserabilidade e violência da população de rua. Como exemplo, a insensibilidade do ser humano, condicionado a viver em um sistema competitivo, estimulado cada vez mais em seu individualismo, tornando-se indiferente aos infortúnios alheios. Esta indiferença o impede de ter posicionamentos de cobranças e tensionamento com o Estado. Cobranças para que as leis de proteção pertinentes à população vulnerável sejam executadas. Tal anomia impede que as políticas de equidade sejam efetivadas nestes espaços de extrema injustiça e miserabilidade para

com a população em situação de rua.

A voz coletiva da sociedade se faz presente em clamores de higienização e dispersão desta população, desprezada por não estar inserida na dinâmica do sistema capitalista e por inúmeros motivos se encontrarem em situação de dependência do Estado para sua proteção e sobrevivência. E a sociedade demanda medidas que exigem a retirada destes povos dos espaços públicos para não dar visibilidade ao produto da miserabilidade que o sistema produz.

### 3 A VIOLÊNCIA E A NATURALIZAÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

As análises de Jessé Souza (2009, p. 15) sobre a necessidade de se compreender a historicidade da constituição das desigualdades sociais e sua interligação possível com a população em situação de rua trazem algumas considerações que ampliam e provocam mais reflexões para os questionamentos aqui levantados:

[...] “violência simbólica” — aquele tipo de violência que não “aparece” como violência —, que torna possível a naturalização de uma desigualdade social abissal como a brasileira. Na realidade, a “legitimação da desigualdade” no Brasil contemporâneo, que é o que permite a sua reprodução cotidiana indefinidamente, nada tem a ver com esse passado longínquo. Ela é reproduzida cotidianamente por meios “modernos”, especificamente “simbólicos”, muito diferentes do chicote do senhor de escravos ou do poder pessoal do

dono de terra e gente, seja esta gente escrava ou livre, gente negra ou branca. Quando não se fala dessas formas “novas” e “modernas” de se legitimar a dominação cotidiana injusta e se apela a uma suposta e vaga continuidade com o passado distante é porque não se sabe do que se está falando, ainda que não se tenha coragem de admitir. (Souza, 2009, p. 15)

A violência simbólica com a população de rua se faz também no cotidiano, nas condições precárias em que estão estes renegados do sistema capitalista. Diversos fatores e estruturas do passado contribuíram para esse cenário de miserabilidade a que está exposta esta população. Entender estes fatores e estruturas ao lado das “formas ‘novas’ e ‘modernas’ de se legitimar a dominação cotidiana injusta (violência simbólica)” é essencial para se fazer a crítica desta situação e desenvolver o que é possível realizar para enfrentá-la, envolvendo o Estado, da sociedade e do indivíduo neste processo de transformação.

Visualizar este fenômeno – violência – como natural da condição de vulnerabilidade desta população é favorecer e legitimar a injustiça contra esta classe pauperizada, destituí-la de sua condição cidadã, o que agrava ainda mais a desigualdade social. É naturalizar a violência contra esta classe, reconhecida por Souza (2009) em *A ralé brasileira: Quem é e como vive?* enquanto classe que pode ser violentada, pode ser estigmatizada e, mais ainda, pode ser exterminada.

Diante das considerações do sociólogo camaronês Mbembe (2003), há um poder de determinação sobre a vida

e a morte ao se desprover o status político dos sujeitos. Neste cenário, presencia-se uma política da morte, denominada de necropolítica, na qual as mortes da população em situação de rua não são sentidas, vistas ou judicializadas pelo Estado, pois são pessoas das quais não se sente falta. Ainda mais grave, pessoas que podem ser exterminadas por serem enxergadas como perigosas, potenciais inimigos.

Percebe-se aí uma situação na qual as vítimas são responsabilizadas por sua própria condição. Observam-se as práticas que desumanizam os sujeitos, negando o ideário republicano de igualdade. A recusa de se pensar em estratégias duradouras e eficazes de enfrentamento das iniquidades produzidas pela sociedade, reafirmada e amplificadas nas atitudes governamentais do momento atual, vem gerando uma destruição nas políticas de equidade, o que promove um retrocesso nas ações que poderiam favorecer tal ideário.

Souza explica que a forma como se tem divulgado, pelas mídias e debates intelectuais e políticos brasileiros, que os problemas sociais já estão mapeados e conhecidos simplifica tais fatos, reforçando ainda mais a continuidade desta desigualdade. Ele enfatiza que o problema está em afirmar-se que “a desigualdade brasileira vem de muito tempo e que não se pode acabar de uma penada com coisa tão antiga”. Esta afirmação banaliza a situação e favorece sua continuidade.

Adorno (1951, p.24) demonstra que “os detentores do poder e o seu séquito tornam-se subjetivamente todo inumanos”, e que ao trazer esse conceito para a perspectiva

da pessoa em situação de rua percebe-se um delineamento da condição do explorador e explorado, agravada pela ausência do que se pode explorar. Ao se atentar para tal afirmação ante a condição dos povos de rua abre-se uma reflexão em relação a desumanidade destes detentores de poder quando se deparam com seres humanos que não possuem mais formas de serem explorados, pelo menos economicamente.

Não se pode considerar que somente o fator econômico determina esta desigualdade e desprezar outras dimensões da luta de classe, questões de gênero, raça, etc. Ora, o indivíduo sofre as consequências de diversos fatores tanto para seu desenvolvimento e alcance dos direitos sociais e econômicos, como para o enfrentamento da violência causada pela sobrevivência numa situação de completa desassistência.

A situação de iniquidade em que vivem estas populações produzem violência social e institucional, como constatado nos estudos pertinentes à presente pesquisa, a exemplo de Pellegrini (2011).

Nos termos de Pellegrini (2011), depreende-se que o que se entende como iniquidades, isto é a ausência de equidade ou atos de injustiça pode ser elencado da seguinte forma:

a) Diferentes níveis de poder e recursos:

O autor esclarece que tais recursos englobam educação, empregabilidade ou geração de renda informal. E contribuem para que diferentes classes sociais tenham mais ou menos acesso às ações de saúde.

b) Diferentes exposições aos fatores que causam ou previnem doenças a que estão expostas estas populações em situação de vulnerabilidade social:

Pellegrini considera que existem níveis diferentes de exposição a riscos para a saúde. Conceitua como fatores de risco materiais, neste caso, tanto os psicossociais como comportamentais. Nesta situação, quanto mais baixa a posição social, maior a exposição a riscos para a saúde e quanto maior o acesso a recursos, maiores são as oportunidades de evitar riscos, doenças e suas consequências negativas.

c) Diferentes consequências sociais e econômicas:

Ele salienta que as classes oprimidas socioeconomicamente têm menos condições de manter seus empregos em situações de adoecimento comparadas aos grupos socioeconômicos mais altos.

d) O mesmo nível de exposição pode ter diferentes impactos:

O autor alerta em relação às políticas públicas em que é considerado o ambiente social, cultural e econômico no planejamento de ações que alcançarão a equidade em saúde.

e) Efeitos ao longo do ciclo de vida:

Pellegrini afirma ainda que a “posição social dos pais influencia o desempenho educacional dos filhos, o que por sua vez vai influenciar suas condições salariais e de trabalho quando crescerem”.

Tal afirmação nos sinaliza que há um enorme equívoco quando a sociedade e o Estado constroem políticas pensando que só é necessário dar ao indivíduo marginalizado as mesmas oportunidades de acesso à escolaridade e conseqüentemente ele terá acesso às mesmas oportunidades daquele que vive em uma classe social economicamente superior.

A partir do momento em que diminuirmos a desvantagem econômica e acreditarmos ser o suficiente para que este cidadão marginalizado alcance a igualdade com os demais, seremos reducionistas, ao não considerar a complexidade dos fatores que também determinam as desigualdades, como na assertiva de Souza (2009), ao citar a herança cultural, e dentro desta herança cultural as facilidades e /ou dificuldades oriundas das relações existentes nesta cultura, entre outros fatores.

Souza (2009, p. 17) traz outras considerações relacionadas à Educação, quando a sociedade a coloca como “remédio para todos os males de nossa desigualdade”.

Apesar de ser um começo, é ingênuo pensar que as desigualdades serão combatidas apenas pelo fato de proporcionar escolas para todos, não levando em conta o peso da historicidade deste sujeito quando chega nesta escola, sua socialização familiar a priori, e toda a carga da classe social de origem.

Nesta perspectiva apresentada e relacionada com a realidade das pessoas em condição de rua, simplifica-se uma situação que é complexa: o pensamento de que colocando uma pessoa pobre na escola, concedendo ao mesmo uma

situação financeira que possa suprir suas necessidades básicas, poderíamos afirmar que ela teria a mesma condição de aprendizagem no processo educacional, e posteriormente as mesmas oportunidades no mercado de trabalho daquele que entrou no mesmo período, mas advindo de classe mais favorecida.

Em relação à dificuldade deste sujeito em ocupar seu espaço, Crochik (2006, p. 30) nos mostra que “o indivíduo é levado a se defender dos conflitos sociais existentes no processo de adaptação, os quais variam historicamente”. Nestes conflitos se arraigam preconceitos que o distanciam do pertencimento a este espaço, expondo estigmas que o fixam na classe dos “inferiores”.

Adorno (1969, p. 140-141) explica este tipo de preconceito trazendo os mecanismos psicológicos que transcendem o indivíduo, por serem culturais:

Para estudar a gênese de tais opiniões consolidadas (perturbadas) – e a gênese coincide com sua patogênese – tem de se ir além da psicologia. A formulação de uma opinião, sua mera enunciação de que algo seja de tal maneira, contém potencialmente fixações, coisificações, antes de que entre em jogo os mecanismos psicológicos que transformam a opinião em fetiche.

Crochik (2006, p. 30) enfatiza ainda que “o pensar estereotipado encontra elementos que o constituem na cultura e, assim, o preconceito, como estamos até aqui argumentando, não pode ser atribuído ao indivíduo”.

Entender a desigualdade a partir da condição de classe e dos fatores apresentados é fundamental para não colocarmos no sujeito a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso na competição desigual e desenfreada do sistema econômico. Iniciativas como a meritocracia com sua extrema violência simbólica (ilusão de justiça e igualdade social), como mostra Souza (2009) vem penalizar mais ainda o indivíduo em seu fracasso econômico e social.

Souza (2009, p. 44) explica ainda que há um “esquecimento” do social no individual, e esta condição potencializa os méritos individuais, e os privilégios para poucos. Em contrapartida vem a culpabilização daqueles das classes oprimidas, vistos como “azarados”, como se tivessem culpa de sua origem de humilhações, violência e espoliação do seu trabalho e da cultura popular, sendo fadados ao fracasso. E ainda mais grave, este “indivíduo fracassado não é discriminado e humilhado cotidianamente como mero ‘azarado’, mas como alguém que, por preguiça, inépcia ou maldade, por ‘culpa’, portanto, ‘escolheu’ o fracasso”.

Ao refletir sobre tais considerações, percebe-se que existe nas condutas governamentais prevalentes e na própria sociedade, a necessidade premente de que este sujeito seja afastado do cenário social. E é esta sociedade que viabiliza a marginalidade, subcidadania e naturalização da diferença com tais condutas.

A partir deste entendimento de sociedade, que prefere a invisibilidade dos fatores que causam violência para com as populações menos favorecidas, o autor apresenta algumas considerações para mudar esta realidade: “Para

entender e mudar o mundo do aqui e agora é necessário, portanto, ultrapassar a mera “piedade cristã” e compreender os mecanismos sociais que produzem e reproduzem formas permanentes de miséria existencial, política e material” (Souza, 2009, p. 91).

Ressaltar neste momento a análise que Adorno e Horkheimer (1951, p. 32) fazem da caridade nos ajuda a entender as ações do bem-fazer em nossa sociedade:

Para tal exerce-se a charity, a beneficência administrada, que cose de uma forma plenificada as feridas visíveis da sociedade. No seu funcionamento organizado, já não há lugar para a emoção humana; mais, a doação está necessariamente ligada à humilhação pelo repartir, pelo partilhar de modo equitativo, em suma, pelo tratamento do obsequiado como objeto.

Tais análises mostram como ações de beneficência em diversas situações ocultam sentidos diferentes do que este tipo de caridade cristã deseja mostrar. Não tem sentido os atos de caridade para sobrevivência desta população, em detrimento da garantia de seus direitos previstos no artigo 5º da Constituição Federal Brasileira: “(...) direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...” (BRASIL, 1988).

São estes “atos de caridade” em diversas situações mais marketing social que favorecem aqueles que o praticam, por meio de descontos em impostos ou enaltecimento de atitudes “caridosas” desta sociedade.

Refletir sobre a violência com a população em situação de rua decorrente das caridades nos faz entender sua simbologia. Os projetos de ascensão no capitalismo trazem a este indivíduo em situação de estar e viver na rua, destituído de todos os seus direitos, numa situação de extrema vulnerabilidade, uma cobrança de reação. As oportunidades que são “presenteadas” pelas instituições assistenciais, numa completa ignorância do processo de pauperização, impingem a este ser a condição de fracassados por seus próprios méritos.

Estas “caridades” enfraquecem e minimizam ações que possibilitariam os reposicionamentos sociais e de classe, perpetuando as condições de vulnerabilidade desta população e sua invisibilidade.

#### 4 ESTIGMA E PRECONCEITOS E SUAS IMPLICAÇÕES COM VIOLÊNCIA DA POPULAÇÃO DE RUA

A compreensão do preconceito que sofre a população em situação de rua é essencial para o entendimento do processo da violência simbólica contida em atos da sociedade para com estes povos. Trazer os estigmas resultantes dos preconceitos e o modo como na estruturação de classes reafirmamos esta violência é essencial para prosseguirmos na análise dos dados que serão aqui levantados.

Crochik (2006, p. 30) afirma que “o pensar estereotipado encontra elementos que o constituem na cultura e, assim, o preconceito, como estamos até aqui argumentando, não pode ser atribuído apenas ao indivíduo”.



Nesta situação, Crochik aponta os argumentos de Adorno (1986) defendendo que o indivíduo, muitas vezes por não se sentir seguro em suas possibilidades de sobrevivência, desenvolve mecanismos psíquicos para enfrentar sua atual organização social. O indivíduo em seus atos de preconceito está numa condição de insegurança, e reafirma seu enfrentamento com atos de defesa que despertam mais atos de violência e mais insegurança social. Isto porque ao se sentir inseguro, atos de fascismo são utilizados para com os considerados “subalternos”, na tentativa de enfrentamento e possibilidade de autoafirmação, gerando estigmas que produzem mais violência aos vulnerados.

Para tal, o indivíduo desenvolve um olhar de indiferença ao sofrimento vivenciado pelos outros, onde a frieza acompanha seus atos para suportar os conflitos sociais e como enfrentamento das situações que não consegue mudar. Neste mecanismo de distanciamento evita entrar em contato com sentimentos que agravariam mais ainda sua incapacidade de lidar com situações de violência mais sutil e até com as barbáries propriamente ditas.

Crochik (2006, p. 44) ressalta que “a violência sutil ou manifesta exercida pelo preconceituoso é a resposta a uma violência sutil ou manifesta gerada inicialmente pela cultura” Este indivíduo reflete as heranças culturais, nas quais prevalecem estereótipos e preconceitos que concretizam a violência para com tais povos.

Nesta perspectiva, o autor enfatiza que:

É justamente porque a cultura teme a barbárie que evita reconhecê-la dentro de si mesma, o que permitiria melhor enfrentá-la.... É a própria reflexão sobre os propósitos da cultura e de seus indivíduos em confronto com as suas reais necessidades que poderia criar um freio à violência, e dentro desta, ao preconceito. (Crochik, 2006, p. 50)

A sociedade busca este distanciamento por meio de ações preconceituosas, atos que discriminam tais populações e trazem situações de violência para com as pessoas em situação de rualização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos inferir que a invisibilidade destes indivíduos, vulneralizados pelo Estado, sofrem em seu cotidiano violência interminável. É necessário que haja sim, oportunidades de ressignificação e ascensão social em suas vidas, para alcançarem dignidade e cidadania.

Os fatos<sup>3</sup> que aconteceram no período de 2010 a 2014, aqui em Goiânia, da extrema violência que foram submetidos a população em situação de rua, em decorrência do uso de drogas, exemplificam esta situação. Num cenário onde houve no país uma demonização do crack, a divulgação enganosa do aumento do abuso da droga nesta população acarretou no país, aterrorizado pela mídia e autoridades, ações de forte impacto que visavam “conter a epidemia”, algo

<sup>3</sup> Ver a dissertação de Elaine F.C.Mesquita disponível em <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11557>

como uma calamidade na segurança pública.

Em Goiânia, a maioria dos atos de violência que se deram contra a população em situação de rua, como os assassinatos, as abordagens truculentas da polícia, a higienização dos logradouros públicos, era justificada, pelo uso ou pelo tráfico de drogas, e poucas considerações foram realizadas em torno das lacunas políticas e sociais que existiam na linha de cuidados destes povos.

A periculosidade presente no imaginário da sociedade, construída por grupos hegemônicos para alardear e expandir insegurança e medo, favoreceu o controle e legitimação de atos de violência com a população em situação de rua, com a justificativa de ser manter afastado o perigo.

O adjetivo “carente” e/ou “perigoso” que a sociedade traz em relação a população em situação de rua favorece o aumento do estigma e da exclusão. Ao torná-la uma população “carente”, os cuidados ofertados por esta sociedade, ou pelo próprio Estado, não estimulam o protagonismo, mas a estagnação de sua situação e sua vitimização. A propagação de uma imagem dela como perigosa legitima atos de violência enquanto ações necessárias para livrar os “bons cidadãos” deste risco iminente.

Segundo esta perspectiva, Souza (2009) argumenta que “para uma parcela significativa dos especialistas da “área da violência” inexistem, pasme o caro leitor, qualquer relação entre violência social e desigualdade social.” (p. 93, *idem*). Esta negação de um dos pilares da violência é perversa. A

violência social tem relação direta com a desigualdade e traz, na maioria dos elementos que a constitui, consequências de iniquidade facilmente reconhecíveis no cotidiano desta população, tirando possibilidades de oportunidade para sua sobrevivência e dignidade humana.

Tais argumentos demonstram a forma como a sociedade deposita no sujeito toda culpa por sua miserabilidade, reforçando as teses de “desvios individuais”, isentando o sistema capitalista e a influência de sua historicidade sociopolítica e econômica de qualquer implicação na condição atual de vida deste sujeito. Este direcionamento ao indivíduo enfraquece as possibilidades de se “estabelecer qualquer vínculo reflexivo efetivo com a questão da desigualdade social” (Souza, 2009, p. 94), o que impede um debate efetivo sobre violência que poderia se traduzir em ações mais efetivas nos cuidados desta população. Configura-se, assim a condição para se justificar nas ações policiais o combate e extermínio destes “delinquentes” que por conta de seus “desvios” se encontram nesta situação de indignância “endemoniada” pelo crack.

A visão destes indivíduos enquanto pessoas que estão numa zona desértica, negligenciadas pelo Estado e onde qualquer ação se torna alvo de suspeição, reafirma “toda uma classe social que se produz e se reproduz como classe de indivíduos com um ‘estigma inato’. Essas são as pessoas que estão sempre a um passo – ou com os dois pés dentro – da delinquência e do abandono” (Souza, 2009, p. 25). Nestas considerações, o autor nos faz refletir sobre o distanciamento que é proposto nos cuidados à esta população, aprofundando

sua condição de excluída.

Tais considerações apontam a realidade de uma sociedade que não tem espaço territorial nem legal para o marginalizado/excluído. É uma classe social fora do domínio pleno do Estado, trazendo assim o agravamento da iniquidade em suas vidas. O olhar da sociedade para sua “inutilidade” legitima os extermínios e as demais violações de direito. A falta de compreensão dos condicionantes sociais que estão na base do surgimento

Quanto à população em questão, vê-se que quando atribuímos à própria pessoa a responsabilidade por sua condição de pauperização, estamos fortalecendo a estigmatização deste ser em desamparo, agravando ainda mais sua situação. É necessário viabilizar possibilidades de mudança desta realidade.

É essencial que na transformação da realidade posta seja oportunizado a protagonização das populações criminalizadas e pauperizadas. É essencial o empoderamento destes sujeitos para que consigam cuidar de seus sofrimentos, atuar nas lutas pela defesa de seus direitos e viabilizar as mudanças necessárias para a conquista da cidadania perdida ou que nunca existiu. E assim, através dos movimentos sociais e da mobilização desta população em situação de rua nas lutas, o Estado seja cobrado e implicado nos seus deveres para com tais vulnerados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor – *Acerca de la relacións entre sociologia y*

*psicologia*. In: Jensen, H. (org) *Teoria crítica del sujeto*, Buenos Aires, Ed. Sihlo XXI, 1986.

ADORNO. W. T. - *Erziehungnach Auschwitz. In: Stichworte; Kritische Modelle 2*. Trad. por Aldo Onesti. Frankfurt: Suhrkamp, 1974.

ADORNO, W. T.. *Intervenciones: nueve modelos de críticas*. Caracas: Monte Ávila Editores, 1969.

ADORNO, W. T. - *Minima moralia*. - Tradução Artur Morão. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1951.

ADORNO, W.T.; HORKHEIMER, M. - *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1985.

BAUMAN, Zigmunt. – *Vidas desperdiçadas*; tradução, Carlos Alberto Medeiros – Rio de Janeiro., 2005

COÊLHO, I. M. - *Universidade e Formação de Professores – Formar para o Mercado ou para a autonomia? O papel da universidade*. Valter Soares Guimarães (Org.). Campinas, SP: Papirus, 2006.

CROCHIK, José Leon – *Preconceito, indivíduo e cultura/ 3ª ed.* S. Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

MBEMBE, A. . *O que é necropolítica. E como se aplica à segurança pública no Brasil*. Recuperado <https://ponte.org/o-que-e-necropolitica-e-como-se-aplica-a-seguranca-publica-no-brasil/>, 2003.

MESQUITA, Elaine Fernandes da Cunha - *Violência com a população de rua: A Clínica Ampliada como possibilidade de transformação dessa realidade?* - link:

<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11557> - 2021.

PELLEGRINI, Filho, A - *Os determinantes das iniquidades em saúde e as intervenções para combatê-las*. Recuperado <http://dssbr.org/site/2011/09/os-determinantes-das-iniquidades-em-saude-e-as-intervencoes-para-combate-la>. 2011.

SOUZA, J. (Org.). *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2009.